

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	13
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração	16
----------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	60
----------------------------------	----

## Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	61
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	64
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	65
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>175.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	3.971.797	3.639.854	3.532.694
1.01	Ativo Circulante	409.480	234.764	277.070
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	252.493	89.442	127.577
1.01.03	Contas a Receber	124.461	127.739	124.609
1.01.03.01	Clientes	124.461	127.739	124.609
1.01.03.01.01	Contas a receber	123.302	7.932	6.811
1.01.03.01.02	Contas a receber com Partes relacionadas	1.159	119.807	117.798
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.023	6.493	5.546
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.023	6.493	5.546
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.152	5.910	6.039
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20.351	5.180	13.299
1.01.08.03	Outros	20.351	5.180	13.299
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.583	4.727	4.727
1.01.08.03.02	Outros créditos	167	229	6.373
1.01.08.03.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	15.397	0	0
1.01.08.03.04	Adiantamento a fornecedores	204	224	2.199
1.02	Ativo Não Circulante	3.562.317	3.405.090	3.255.624
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.349.160	1.141.998	953.473
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	964	0	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.060	768	352
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.347.136	1.141.230	953.121
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais e outras	2.481	4.075	3.418
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	1.190.328	1.025.623	883.236
1.02.01.09.05	Outros créditos	8	0	0
1.02.01.09.06	Contas a Receber com Operações de Derivativos	154.299	111.532	66.467
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	20	0	0
1.02.03	Imobilizado	91.874	111.743	119.374
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	77.749	96.047	100.710
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	14.125	15.696	18.664

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
1.02.04	Intangível	2.121.283	2.151.349	2.182.777
1.02.04.01	Intangíveis	2.121.283	2.151.349	2.182.777

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	3.971.797	3.639.854	3.532.694
2.01	Passivo Circulante	882.885	881.957	477.213
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.023	16.824	16.868
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.101	2.036	1.958
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.922	14.788	14.910
2.01.02	Fornecedores	33.854	29.076	28.987
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	33.763	28.253	28.797
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	91	823	190
2.01.03	Obrigações Fiscais	94.720	92.252	129.232
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	85.034	83.295	120.526
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	76.571	71.783	113.437
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	8.463	11.512	7.089
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9.686	8.957	8.706
2.01.03.03.02	ISS a recolher	9.686	8.957	8.706
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	602.805	582.611	208.817
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	13.773	45.478	45.413
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	13.773	45.478	45.413
2.01.04.02	Debêntures	589.032	537.133	163.404
2.01.05	Outras Obrigações	87.150	121.693	72.299
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	19.106	17.370	15.523
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	19.106	17.370	15.523
2.01.05.02	Outros	68.044	104.323	56.776
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	19.843	0
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.719	2.575	2.519
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	5.988	4.666	2.853
2.01.05.02.07	Contas a pagar com operações de derivativos	59.337	77.239	51.404
2.01.06	Provisões	49.333	39.501	21.010
2.01.06.02	Outras Provisões	49.333	39.501	21.010
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	49.333	39.501	21.010

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
2.02	Passivo Não Circulante	2.601.528	2.050.307	2.468.696
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.140.198	1.581.607	2.007.339
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	161.862	7.577	52.682
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	161.862	7.577	52.682
2.02.01.02	Debêntures	1.978.336	1.574.030	1.954.657
2.02.02	Outras Obrigações	282.338	282.046	283.323
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	269.217	269.217	269.217
2.02.02.02	Outros	13.121	12.829	14.106
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	11.558	12.829	14.106
2.02.02.02.06	Contas a pagar com Operações de Derivativos	1.563	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	145.168	128.629	135.261
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	145.168	128.629	135.261
2.02.04	Provisões	33.824	58.025	42.773
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	31.049	27.259	11.214
2.02.04.01.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	31.049	27.259	11.214
2.02.04.02	Outras Provisões	2.775	30.766	31.559
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	2.775	30.766	31.559
2.03	Patrimônio Líquido	487.384	707.590	586.785
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	240.634	460.840	340.035
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	191.284	197.399	196.685
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	214.091	94.000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.982.222	1.947.331	2.027.356
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-672.384	-653.271	-722.744
3.02.01	Custo de construção	-114.926	-95.340	-215.239
3.02.02	Provisão de manutenção	-31.464	-32.670	-35.548
3.02.03	Depreciação e amortização	-170.366	-157.536	-127.341
3.02.04	Custo da outorga	-188.103	-186.971	-181.739
3.02.05	Serviços	-69.103	-72.439	-70.316
3.02.06	Custo com pessoal	-66.190	-63.988	-59.321
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-17.018	-16.474	-15.406
3.02.08	Outros	-15.214	-27.853	-17.834
3.03	Resultado Bruto	1.309.838	1.294.060	1.304.612
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-108.400	-124.343	-111.872
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-110.792	-124.642	-109.086
3.04.02.01	Serviços	-53.585	-52.517	-53.773
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-21.064	-21.277	-23.341
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-662	-797	-2.258
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-5.540	-4.595	-4.187
3.04.02.05	Outros	-29.941	-45.456	-25.527
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.534	1.219	1.524
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-142	-920	-4.310
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.201.438	1.169.717	1.192.740
3.06	Resultado Financeiro	-326.836	-308.439	-191.653
3.06.01	Receitas Financeiras	195.432	220.865	133.688
3.06.02	Despesas Financeiras	-522.268	-529.304	-325.341
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	874.602	861.278	1.001.087
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-291.559	-279.628	-331.711
3.08.01	Corrente	-275.020	-286.260	-304.524
3.08.02	Diferido	-16.539	6.632	-27.187
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	583.043	581.650	669.376

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	583.043	581.650	669.376
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,33167	3,32371	3,82501
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,33167	3,32371	3,82501



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	583.043	581.650	669.376
4.03	Resultado Abrangente do Período	583.043	581.650	669.376

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	944.414	918.491	763.799
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.166.278	1.120.278	1.077.710
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	583.043	581.650	669.376
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.539	-6.632	27.187
6.01.01.03	Apropriação de despesa antecipadas relacionadas à concessão	4.620	4.727	4.727
6.01.01.04	Depreciação e amortização	175.906	162.131	131.528
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	143	920	4.304
6.01.01.07	Juros e var.monet.s/debêntures, emprést.e financ.	270.085	332.501	200.587
6.01.01.08	Juros sobre impostos parcelados	0	0	23.054
6.01.01.09	Juros sobre mútuos	38.360	36.267	5.917
6.01.01.10	Variação Cambial s/ Empréstimos, Financiamentos	-13.630	0	0
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	161	-1.720	768
6.01.01.12	Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	9.907	19.337	8.345
6.01.01.13	Constituição da provisão de manutenção	31.464	32.670	35.548
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	6.892	5.602	2.641
6.01.01.15	Capitalização de custos dos empréstimos	-9.196	-10.597	-28.510
6.01.01.16	Resultado de operações com derivativos e (fair value option)	51.984	-36.578	-7.762
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-221.864	-201.787	-313.911
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-115.531	599	-1.728
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	118.356	-2.425	-9.133
6.01.02.03	Impostos a recuperar	450	-947	-5.405
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outras	442	5.615	-8.296
6.01.02.05	Pagamentos antecipados relacionados a concessão	-169.181	-147.114	-135.182
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedor	20	1.976	0
6.01.02.07	Fornecedores	4.778	-6.736	30.144
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	572	7.543	-17.039
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	382	-44	2.252
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão imposto de renda e contribuição social	267.632	281.154	-106.613
6.01.02.11	Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	-265.164	-318.134	-55.069

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	144	56	144
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-56.515	-20.574	-3.175
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-2.132	536	-854
6.01.02.15	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-6.117	-3.292	-3.957
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-115.437	-112.956	-266.963
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-11.354	-21.333	-20.228
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-104.083	-91.623	-246.735
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-665.926	-843.670	-464.751
6.03.04	Dividendos e JCP pagos	-823.092	-441.002	-753.000
6.03.05	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl. - captações	976.765	0	537.320
6.03.06	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl.-pagamentos de principal	-528.131	-165.805	-72.274
6.03.07	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl-pagamento de juros	-167.852	-197.266	-146.469
6.03.08	Liquidação de Operações com Derivativos	-84.939	-4.020	-30.328
6.03.09	Pagamento de mutuos com partes relacionadas	-38.677	-35.577	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	163.051	-38.135	32.085
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	89.442	127.577	95.492
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	252.493	89.442	127.577

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	460.840	0	0	707.590
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	460.840	0	0	707.590
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-379.084	0	0	-379.084
5.04.06	Dividendos	0	0	-379.084	0	0	-379.084
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	583.043	0	583.043
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	583.043	0	583.043
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	158.878	-583.043	0	-424.165
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	158.878	-158.878	0	0
5.06.05	Dividendos antecipados	0	0	0	-424.165	0	-424.165
5.07	Saldos Finais	246.750	0	240.634	0	0	487.384

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	340.035	0	0	586.785
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	340.035	0	0	586.785
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-257.250	0	0	-257.250
5.04.06	Dividendos	0	0	-257.250	0	0	-257.250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	581.650	0	581.650
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	581.650	0	581.650
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	378.055	-581.650	0	-203.595
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	163.964	-163.964	0	0
5.06.04	Juros sobre o capital próprio	0	0	0	-23.345	0	-23.345
5.06.05	Dividendos antecipados	0	0	0	-180.250	0	-180.250
5.06.06	Dividendo adicional proposto	0	0	214.091	-214.091	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	460.840	0	0	707.590

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	423.659	0	0	670.409
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	423.659	0	0	670.409
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-374.309	0	0	-374.309
5.04.06	Dividendos	0	0	-374.309	0	0	-374.309
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	669.376	0	669.376
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	669.376	0	669.376
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	290.685	-669.376	0	-378.691
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	196.685	-196.685	0	0
5.06.04	Dividendos antecipados	0	0	0	-378.691	0	0
5.06.05	Dividendo adicional proposto	0	0	94.000	-94.000	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	340.035	0	0	586.785

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
7.01	Receitas	2.146.128	2.111.265	2.213.229
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.997.467	1.981.403	1.941.117
7.01.02	Outras Receitas	148.661	129.862	272.112
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-327.737	-341.574	-443.998
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-97.156	-114.044	-100.942
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-84.191	-99.520	-92.269
7.02.04	Outros	-146.390	-128.010	-250.787
7.02.04.01	Custo de construção	-114.926	-95.340	-215.239
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-31.464	-32.670	-35.548
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.818.391	1.769.691	1.769.231
7.04	Retenções	-175.906	-162.131	-131.528
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-175.906	-162.131	-131.528
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.642.485	1.607.560	1.637.703
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	195.432	220.865	133.688
7.06.02	Receitas Financeiras	195.432	220.865	133.688
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.837.917	1.828.425	1.771.391
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.837.917	1.828.425	1.771.391
7.08.01	Pessoal	76.934	74.563	72.781
7.08.01.01	Remuneração Direta	51.703	49.654	49.497
7.08.01.02	Benefícios	21.193	20.502	18.736
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.708	2.832	2.739
7.08.01.04	Outros	1.330	1.575	1.809
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	458.377	445.006	494.659
7.08.02.01	Federais	356.970	344.513	396.024
7.08.02.02	Estaduais	200	241	239
7.08.02.03	Municipais	101.207	100.252	98.396
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	719.563	727.206	534.575
7.08.03.01	Juros	529.948	538.871	351.642
7.08.03.02	Aluguéis	1.512	1.364	1.194

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
7.08.03.03	Outras	188.103	186.971	181.739
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	583.043	581.650	669.376
7.08.04.02	Dividendos	424.165	417.686	378.691
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	158.878	163.964	290.685



## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### 1. Sobre a Companhia

##### 1.1 Aos acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

##### 1.2 Apresentação

A AutoBAn S.A. (“CCR AutoBAn” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

A Concessão do Sistema Anhanguera-Bandeirantes, com sede localizada na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, foi outorgada em 1998. O sistema é composto pelas Rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Adalberto Panzan e Dom Gabriel Paulino Bueno e Couto e cobre atualmente um trecho de 316,8 quilômetros. Em 2010 a Companhia passou a administrar as pistas da marginal do rio Tiête em São Paulo, com responsabilidade pela manutenção do trecho entre os quilômetros 4,4 e 1,7 da marginal direita (quando percorrida na direção do rio Pinheiros) e entre os quilômetros 1,1 e 4,4 da marginal esquerda (quando percorrida na direção da Rodovia Ayrton Senna). A Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno e Couto liga as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes na região de Jundiaí e a Rodovia Adalberto Panzan na região de Campinas.

As rodovias da Companhia localizam-se em regiões estratégicas e economicamente desenvolvidas no Estado de São Paulo, onde 29,17% de todos os veículos do país estão concentrados, de acordo com informação publicada pelo Departamento Nacional de Trânsito (“DENATRAN”) referente a outubro de 2016, e onde aproximadamente 20,47% do PIB brasileiro é gerado, calculado de acordo com as últimas informações publicadas pelo IBGE (PIB 2013).

Além disso, o Sistema Anhanguera-Bandeirantes, juntamente com outras rodovias, liga os maiores centros urbanos, bem como outras importantes regiões do Estado de São Paulo ao Porto de Santos, configurando rota de escoamento natural das exportações brasileiras. O Sistema Anhanguera-Bandeirantes é um instrumento importante na economia e na integração dos municípios da região.

O Sistema Anhanguera-Bandeirantes possui oito praças de pedágio, treze bases de atendimento ao usuário, sete estações de pesagem e um CCO (Centro de Controle Operacional). O sistema de monitoramento de tráfego é operado com 103 câmeras de TV, interligadas por redes de fibras ópticas ao CCO, cobrindo 99% do sistema rodoviário. No CCO existe uma posição exclusiva para uso da Polícia Militar Rodoviária (PMRV), a qual opera 24 horas, de onde é possível acionar com maior rapidez os recursos externos e bases da Polícia Militar Rodoviária (PMRV), a CETESB, a Defesa Civil e os Bombeiros, contribuindo de forma ágil ao atendimento das diversas situações registradas diariamente nas rodovias.

Durante os últimos 18 anos a CCR AutoBAn vem desenvolvendo diversos trabalhos a exemplo dos serviços de engenharia, conservação, atendimento e educação no Sistema Anhanguera-Bandeirantes, o que possibilitou a redução de 33,9% no índice de acidentes e 16,6% no índice de feridos. Nesse mesmo período o índice de mortes foi reduzido em 75,9% considerando-se a extensão da rodovia, o fluxo de veículos que transitaram e o número de dias do período, atingindo o menor índice desde o início da Concessão.

## Relatório da Administração

O Serviço de Atendimento ao Usuário atua 24 horas por dia, contribuindo para a melhoria contínua da segurança dos usuários e fluidez do tráfego. Em 2016, o CCO, registrou 222.318 atendimentos. Foram realizados 103.117 atendimentos pelos guinchos, 15.518 pelos resgates, 94.587 pelos veículos de inspeção de tráfego. Atendimentos realizados por outros veículos (caminhão munck, apreensão de animal e irrigadeira) totalizaram 9.096.

Atualmente, uma viatura de atendimento pré-hospitalar chega ao local do acidente em média em 8 minutos e 2 segundos, e o guincho, em 10 minutos e 34 segundos (em 85% dos casos).

Em atendimento ao contrato de concessão, a concessionária fornece veículos de patrulhamento à polícia rodoviária e demais subsídios necessários à operação dentro da área de atuação da concessão.

O prazo original da concessão de 20 anos, até 30 de abril de 2018, por outorga do Estado de São Paulo, representado pelo Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo (“DER/SP”), foi alterado no dia 20 de dezembro de 2006, através de Termo Aditivo Modificativo ao Contrato de Concessão, pelo qual se reequilibrou a equação econômico-financeira da concessão, estendendo-se o prazo de concessão em 104 meses, com nova data de término em primeiro de janeiro de 2027, em razão dos impactos decorrentes de diversos fatores: tributos, escalonamento do reajuste de 2003 e readequações dos cronogramas de investimentos.

Em 2016 houve duas extensões do prazo contratual em razão das seguintes obras: (i) Em 08 de abril, extensão de 3 meses e 15 dias, Complexo Jundiaí, acesso do km 84+600, pista sul da SP-330 e acesso do km 110, pista sul da SP-330; (ii) Em 03 de junho, extensão de 2 dias, melhoria do sistema viário de acesso ao Bairro Aparecidinha, junto ao trevo do km 103+860 da SP-330.

### 1.3 Destaques do Ano de 2016

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio - JCP:

- A companhia distribuiu aos acionistas no exercício R\$ 803.249 mil referentes a dividendos e R\$ 23.344 mil referentes a JCP.

Destaque operacional:

- Em 2016 a Companhia atingiu o menor índice de acidentes da Concessão. O índice considera o número de dias do período, a quantidade de acidentes, o VDM (volume diário médio de veículos), e a extensão do trecho.

## 2. Estratégia e Gestão

### 2.1 Governança Corporativa

#### Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por oito membros efetivos, residentes no país.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária, da Companhia.

## Relatório da Administração

### Diretoria Executiva

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia.

O cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia é exercido pelo Sr. Mauricio Soares Vasconcellos. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Av. Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, Jundiaí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico [www.grupoccr.com.br/autoban](http://www.grupoccr.com.br/autoban). O Sr. Maurício Soares Vasconcellos pode ser contatado no telefone (11) 4589-4004 ou pelo e-mail [cvm.autoban@grupoccr.com.br](mailto:cvm.autoban@grupoccr.com.br).

Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM.

### **2.2 Gestão de Pessoas**

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

## **3. Desempenho Econômico e Financeiro**

### **3.1 Mercado**

A Companhia administra um sistema de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões mais importantes economicamente do Brasil e interliga a cidade de São Paulo com o interior do Estado de São Paulo, incluindo a cidade de Campinas, conectando em conjunto com outras rodovias, grandes centros urbanos no interior do Estado de São Paulo e áreas adjacentes, assim como outras regiões importantes do Estado com o porto de Santos, facilitando o fluxo natural de exportações brasileiras. A Companhia acredita que este sistema é um elemento importante para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país.

**Relatório da Administração****3.2 Desempenho**

<b>Em R\$ mil</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>Var. %</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>1.982.222</b>	<b>1.947.331</b>	<b>1,79%</b>
Receita de pedágio	1.997.467	1.981.403	0,81%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	114.926	95.340	20,54%
Outras receitas	24.539	23.925	2,57%
(-) Deduções da receita bruta	154.710	153.337	0,90%
<b>(-) Custos e despesas (a)</b>	<b>780.784</b>	<b>777.614</b>	<b>0,41%</b>
Custos de construção (ICPC 01 R1)	114.926	95.340	20,54%
Demais custos e despesas	665.858	682.274	-2,41%
(-) Resultado financeiro líquido	326.836	308.439	5,96%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	291.559	279.628	4,27%
<b>Lucro líquido</b>	<b>583.043</b>	<b>581.650</b>	<b>0,24%</b>
(+) Resultado financeiro líquido	326.836	308.439	5,96%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	291.559	279.628	4,27%
<b>EBIT (b)</b>	<b>1.201.438</b>	<b>1.169.717</b>	<b>2,71%</b>
<b>Margem EBIT</b>	<b>60,61%</b>	<b>60,07%</b>	<b>0,5 p.p.</b>
<b>Margem EBIT ajustada (c)</b>	<b>64,34%</b>	<b>63,16%</b>	<b>1,2 p.p.</b>
(+) Depreciação e amortização	175.906	162.131	8,50%
<b>EBITDA (b)</b>	<b>1.377.344</b>	<b>1.331.848</b>	<b>3,42%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>69,48%</b>	<b>68,39%</b>	<b>1,1 p.p.</b>
(+) Provisão de manutenção (d)	31.464	32.670	-3,69%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (e)	4.620	4.727	-2,26%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>1.413.428</b>	<b>1.369.245</b>	<b>3,23%</b>
<b>Margem EBITDA ajustada (f)</b>	<b>75,69%</b>	<b>73,93%</b>	<b>1,8 p.p.</b>
<b>Endividamento bruto (g)</b>	<b>2.743.003</b>	<b>2.164.218</b>	<b>26,74%</b>
<b>Investimentos</b>	<b>120.007</b>	<b>113.395</b>	<b>5,83%</b>
<b>Veículos equivalentes (em milhares)</b>	<b>262.519</b>	<b>275.353</b>	<b>-4,66%</b>

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.

(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.

(c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

(d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.

(e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.

(f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

## Relatório da Administração

(g) Dívida Bruta: somatória dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e de longo prazos (líquidos dos custos de transação).

### 3.2.1 Receita operacional consolidada

A receita de pedágio em 2016 totalizou R\$ 1.997.467 mil (+ 0,81% sobre 2015) e representou 98,79% do total da receita (sem receita de construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 9,32% e da conjuntura econômica.

### 3.2.2 Custos e despesas totais

Os custos e despesas totais apresentaram aumento de 0,41% em relação a 2015, perfazendo R\$ 780.784 mil no ano de 2016. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 114.926 mil. O aumento de 20,54% em relação a 2015 decorreu do maior investimento conforme o cronograma de investimentos de cada ano.
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 31.464 mil e apresentou uma redução de 3,69% em 2016, em relação ao ano de 2015. Durante o exercício de 2016 foram realizadas revisões das estimativas dos custos.
- Os custos e despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 175.906 mil no ano de 2016. O crescimento de 8,50% decorre, substancialmente, dos investimentos que entraram em operação.
- O Custo de Outorga Fixa, que inclui a apropriação de despesas antecipadas, atingiu R\$ 188.103 mil. A variação 0,61% deve-se à: (i) atualização pelo IGP-M de 11,09%, no segundo semestre, e (ii) pela extensão do prazo de apropriação em 3 meses e 17 dias.
- O custo e despesa dos serviços totalizou R\$ 122.688 mil no ano de 2016, uma redução de 1,82%.

### 3.2.3 Resultado financeiro

No ano de 2016, as operações financeiras da Companhia geraram um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 326.836 mil, comparado a um resultado negativo de R\$ 308.439 mil em 2015. O incremento de 5,96% ocorreu, substancialmente, pela contratação de dívida em abril de 2016, R\$ 177 milhões e em novembro de 2016, R\$ 800 milhões.

### 3.2.4 Lucro Líquido

Em 2016, o lucro líquido atingiu R\$ 583.043 mil, apresentando aumento de 0,24% em relação a 2015.

### 3.2.5 Dívida

Em 2016, a dívida bruta alcançou R\$ 2.743.003 mil em comparação a R\$ 2.164.218 mil em 2015, em moeda local, sendo 78,02% do montante com vencimento em longo prazo.

### 3.2.6 Investimentos

No acumulado do ano de 2016, os investimentos somaram R\$ 120.007 mil. Entre diversas obras e melhorias, destacam-se:

## Relatório da Administração

- SP330 - Implantação de faixa adicional km 120+000 ao 147+000
- SP330 - Implantação de Marginais km 110+000 ao 120+000
- SP348 - Implantação de faixa adicional km 16+000 ao 47+000
- SP330 - Implantação de faixa adicional km 18+000 ao km 25+000
- SP348 - Implantação de faixa adicional km 50+778 ao km 53+960
- SP300 - Implantação de faixa adicional km 62+000 ao km 64+000
- SP348 - Implantação de faixa adicional km 87+860 ao km 88+950
- SP330 - Implantação de faixa adicional km 84+000 ao km 86+000
- SP348 - Recuperação de pavimento
- Complexo Jundiaí
- Implantação de Dispositivos de Segurança
- Implantação de acesso ao Bairro Aparecidinha, no km 103+600 da SP 330
- Implantação de acesso ao Bairro São Francisco, no km 110+000 da SP 330

### 4. Sustentabilidade

O Grupo CCR é comprometido com a prestação de contas direcionadas aos investidores e aos demais públicos, o que possibilita o acompanhamento da sua administração. A companhia adota princípios como a transparência e a equidade, condutas aplicadas desde a sua estruturação em 1998, seguindo boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda a sociedade.

A administração do Grupo CCR é realizada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e na estratégia de crescimento da companhia.

Para consolidar a sustentabilidade como diferencial da proteção e da criação de valor, parte integrante de seu planejamento estratégico, em 2016 o Grupo realizou vários avanços, como a revisão de sua matriz de materialidade. O objetivo é a companhia se manter atualizada em relação às mudanças estruturais do negócio e do setor, bem como estar atenta aos anseios dos seus *stakeholders*.

A base da estratégia do Grupo CCR está na diversificação, na consolidação dos negócios conquistados e na construção das melhorias necessárias para aprimorar o atendimento e aumentar a satisfação dos usuários, voltada sempre para o cumprimento das obrigações assumidas e a melhoria contínua dos processos em busca do aumento da eficiência e da redução dos custos.

A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de governança corporativa e nas políticas internas adotadas, que sistematizam suas ações. Também participa, voluntariamente de diversas iniciativas e compromissos, como Pacto Global e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Carbon Disclosure Project (CDP), Empresas pelo Clima (EPC), Índice de Carbono Eficiente da BM&FBovespa (ICO2), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, além da parceria com a Childhood, contra o abuso e exploração sexual infantil. Em 2016, além das três campanhas realizadas pelas do Grupo, onde foram distribuídos mais de 300 mil folhetos para conscientização dos usuários sobre o canal de denúncia, “disque 100”, o Grupo avançou na capacitação de pontos focais e multiplicadores internos da causa.

## Relatório da Administração

Pelo quarto ano, o Grupo CCR publica seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, baseado nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e do International Integrated Reporting Council (IIRC), o qual visa comunicar de forma concisa a estratégia, a governança, a performance e as perspectivas de uma organização, considerando o contexto externo, a avaliação de riscos e a criação de valor no curto, médio e longo prazos.

O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais:

- Capital financeiro
- Capital social e de relacionamento
- Capital humano
- Capital manufaturado
- Capital natural
- Capital intelectual

### 4.1 Desempenho Social

A CCR AutoBAN desenvolve e apoia diversos projetos culturais, sociais e esportivos que em 2016 beneficiaram mais de 300 mil pessoas em 21 municípios da região do Sistema Anhanguera-Bandeirantes.

#### 4.1.1 Capital Social e de Relacionamento – *Stakeholders*

O Programa *Caminhos para a Cidadania* que visa conscientizar para o respeito à vida, a preservação do meio ambiente e formação de pedestres e futuros motoristas atendeu em 2016 cerca de 40 mil alunos do ensino fundamental e 1600 educadores das escolas municipais de 15 municípios do trecho de atuação.

Outro destaque é o *Estrada para a Saúde* que em 2016 atendeu mais de 16 mil caminhoneiros. Desde 2006, oferece atendimentos gratuitos para exames de saúde, tratamento odontológico, além de corte de cabelo, massagem bioenergética e podologia.

#### 4.1.2 Capital Humano e Intelectual

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2016 ocorreram diversos treinamentos, que disseminam a Visão, Valores e Crenças do Grupo CCR.

### 4.2 Desempenho Ambiental

#### 4.2.1 Capital Natural

A Companhia possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis para a gestão de recursos ambientais. Este programa tem foco na melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando ao uso e consumo sustentável de recursos naturais renováveis.

#### 4.2.2 Capital Manufaturado

A geração de capital manufaturado se dá por meio de melhorias na infraestrutura da Companhia, aumentando a funcionalidade e eficiência de edificações, pavimentos e equipamentos, como por exemplo, a reconstrução do pavimento da Rodovia dos Bandeirantes contemplou o

## Relatório da Administração

reaproveitamento dos materiais retirados, que foram reciclados, e também revestimento asfáltico com borracha de mais de 450 mil pneus usados, que seriam descartados.

### 4.3 Reconhecimentos e Prêmios

- ARTESP: Prêmio Concessionária do Ano na categoria “Escolha do usuário”, pela 2ª vez consecutiva;
- NTC & Logística – Associação Nacional do Transporte de Cargas - “Melhor Concessionária”, pela 11ª vez;
- CNT - Confederação Nacional dos Transportes – Bandeirantes é a Melhor Rodovia do Brasil (8ª vez) e Via Anhanguera 3ª colocada;
- “Marcas de Sucesso” – Correio Popular, 12 vezes consecutivas.

## 5. Considerações Finais

### 5.1 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da CCR AutoBAn.

### 5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

### 5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Jundiaí, 16 de fevereiro de 2017.

A Administração.



## Notas Explicativas

### 1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 18 de abril de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
  - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira.
  - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124.
  - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira.
  - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira.
  - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba.
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21. Recuperação do trevo do km 62.
- Na Rodovia dos Bandeirantes:
  - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira.
  - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas.
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km (2,7 km da margem esquerda e 3,2 km da margem direita) das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), ficando sob responsabilidade da Companhia apenas a manutenção e a conservação.

### Outras informações relevantes

#### i. Processo nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo 053.02.022800-0)

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo nº 053.02.022800-0), ajuizada em 28 de agosto de 2002, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os requeridos apresentaram defesa

## Notas Explicativas

prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da Companhia, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a Companhia foi incluída posteriormente no polo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Contra essa decisão, a Companhia apresentou recursos aos tribunais superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. Em primeira instância, a Companhia apresentou contestação em 10 julho de 2014. O processo encontra-se em fase de instrução.

### ii. Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Companhia, solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a Companhia foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1040370-54.2014.8.26.0053 contra a Companhia pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 16/06.

A Companhia ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1030436-72.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 16/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Após ter sido negada a produção de prova pericial nas ações, foi proferida sentença julgando procedente o pedido formulado na ação do Estado e da ARTESP, e julgando improcedente o pedido formulado na ação da Companhia. Contra essa sentença, a Companhia apresentou Embargos de Declaração que foram rejeitados pelo juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. A Companhia apresentou recurso de apelação em 05 de outubro de 2015. Em 15 de março de 2016, foi proferido despacho (i) recebendo o recurso de apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo, (ii) abrindo vistas ao Estado e à ARTESP para apresentar contrarrazões e (iii) determinando o encaminhamento dos autos ao Tribunal de Justiça de São Paulo após o cumprimento das duas providências anteriores. Em 03 de fevereiro de 2017, o STJ deferiu parcialmente pedido de liminar, formulado nos autos, do “Pedido de Tutela Provisória nº 245”, determinando a suspensão do julgamento da apelação da Companhia, até que haja manifestação pelo Estado e pela ARTESP, quando então o ministro relator examinará se a suspensão deverá ser mantida até que o STJ decida o recurso especial que trata do indeferimento das provas. Em 06 de fevereiro de 2017, a 5ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo acatou tão decisão proferida pelo STJ e não julgou o mérito do recurso de apelação. Por outro lado, a mesma Câmara declinou de sua competência para julgar a apelação da Companhia, determinando a remessa do recurso à 3ª Câmara de Direito Público. Quanto ao mérito do recurso, deixou de apreciá-lo em razão da determinação do STJ. Aguarda-se a publicação do acórdão para que a Companhia possa avaliar se recorrerá da decisão que declinou a competência para processar e julgar o feito.

A Companhia propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019925-66.2013.8.26.0053 que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 08 de outubro

## Notas Explicativas

de 2014 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 20 de fevereiro de 2015, a Concessionária interpôs recurso de apelação, que teve o seu provimento negado em acórdão publicado em 31 de maio de 2016. Contra esse acórdão, a Companhia opôs embargos de declaração, que tiveram o seu provimento negado em acórdão publicado em 28 de setembro de 2016. Atualmente, o processo aguarda processamento dos recursos especial e extraordinário apresentados pela Companhia em 20 de outubro de 2016. Também a Fazenda do Estado interpôs recurso especial contra o acórdão, com vistas à formação de precedente quanto o termo inicial da decadência. Aguarda-se que as partes apresentem suas contrarrazões aos recursos.

### iii. Reajuste 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014 a Concessionária propôs Ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer, tombada sob o nº 1026956-86.2014.8.26.0053, visando a aplicação do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença que julgou a ação procedente. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela Companhia, bem como pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Os embargos de declaração opostos pela Companhia foram providos para reconhecer que esta ação não está sujeita à Suspensão de Liminar concedida pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) ao Estado de São Paulo. Em junho de 2015, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos de apelação, que foram levados à apreciação da Câmara julgadora em 04 de outubro de 2016, tendo sido o julgamento desses recursos convertido em diligência, para que seja realizada prova pericial destinada a apurar se está correto o índice de atualização monetária aplicado pelo Estado às tarifas cobradas pela Companhia, por ocasião do reajuste de 2014. Contra essa decisão, a Companhia opôs embargos de declaração, em 19 de outubro de 2016, que aguardam julgamento.

### Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Em 16 de abril de 2016, foi celebrado o 26º Termo Aditivo Modificativo (TAM) ao Contrato de Concessão, firmado entre a Companhia e o Poder Concedente. O referido TAM tem por objeto a implantação das obras do Complexo Jundiá da SP330 (Jundiá) e a implantação de dispositivos de acesso, com investimentos de R\$ 227.969. Para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o prazo da concessão foi estendido por 3 meses e 17 dias.

## Notas Explicativas

### 2. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### *a) Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

#### *b) Apuração do resultado*

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

#### *c) Receitas de serviços*

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

#### *d) Instrumentos financeiros*

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

## Notas Explicativas

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do *hedge* de fluxo de caixa.

- Contabilidade de *hedge* (hedge accounting)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 20 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

## Notas Explicativas

- Capital social – ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

### *e) Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

### *f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida*

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

### *g) Ativo imobilizado*

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

## Notas Explicativas

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

### *h) Ativo intangível*

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “r”

### *i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)*

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

## Notas Explicativas

### *j) Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### *k) Provisão de manutenção - contratos de concessão*

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente a disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

### *l) Receitas e despesas financeiras*

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

### *m) Capitalização dos custos dos empréstimos*

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.



## Notas Explicativas

### *n) Benefícios a empregados*

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

### *o) Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

## Notas Explicativas

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

### *p) Resultado por ação*

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

### *q) Direito da concessão*

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 21 com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados.

### *r) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)*

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

## Notas Explicativas

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

### s) *Demonstrações do valor adicionado*

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da Companhia, nos termos do CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

### t) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2016 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia, nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não-financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável e contabilidade de <i>hedge</i> , dentre outros.	(a)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	A IFRS 15 substitui o IAS 11, o IAS 18, o IFRIC 13, o IFRIC 15, o IFRIC 18 e o SIC-31 e estabelece uma regra abrangente a ser utilizada pelas entidades para reconhecimento de receitas de contratos com clientes.	(a)
IFRS 16 - Arrendamentos	A IFRS 16 substitui o IAS 17, o IFRIC 4, o SIC-15 e o SIC-27 e dispõe sobre os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e estabelece, na visão do arrendatário, basicamente, um único modelo contábil, onde o arrendatário deve reconhecer o ativo e o passivo de todos os arrendamentos com prazos maiores de 12 meses a menos que o bem seja considerado de baixo valor. O arrendatário é requerido a registrar o direito de uso do ativo representando o direito de uso do bem e o passivo representando a obrigação de fazer os pagamentos do arrendamento. Quanto ao arrendador, os requerimentos do IAS 17 foram trazidos para a IFRS 16, podendo o arrendador classificar e contabilizar os arrendamentos como financeiros ou operacionais.	(b)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; e

(b) Aplicação em exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

### u) **Novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016**

Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 - Benefícios aos Empregados e a IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário.

Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

## Notas Explicativas

Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 - Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo.

Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS.

Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento.

Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações nas Demonstrações Financeiras do Grupo CCR.

### 3. Apresentação das demonstrações financeiras

#### *Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)*

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia

Em 16 de fevereiro de 2017, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

#### *Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

#### *Moeda funcional e moeda de apresentação*

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

## Notas Explicativas

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

### Nota

2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
7	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
8b	Impostos diferidos
11	Depreciação do ativo imobilizado
12	Amortização dos ativos intangíveis
15	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários
16	Provisão de manutenção
20	Instrumentos financeiros

#### 4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

#### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

##### Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxas de juros e inflação;
- Risco de taxa de câmbio; e
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

### a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

### b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13, 14 e 20.

### c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

### d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos
Empréstimos e financiamentos	13.773	161.862	-
Debêntures e notas promissórias (a)	593.478	1.378.172	604.973

(a) Valores brutos dos custos de transação.

## Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 473.405, substancialmente composto por financiamentos e debêntures a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	7.913	7.941
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>244.580</u>	<u>81.501</u>
	<u>252.493</u>	<u>89.442</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 98,93% do CDI, equivalente a 13,78% ao ano (13,10% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2015).

### 7. Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias (a)	2.012	1.890
Pedágio eletrônico (b)	<u>121.836</u>	<u>6.427</u>
	123.848	8.317
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(546)</u>	<u>(385)</u>
	<u>123.302</u>	<u>7.932</u>

### Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Créditos a vencer	122.936	7.517
Créditos vencidos até 60 dias	334	338
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	32	77
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	164	96
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>382</u>	<u>289</u>
	<u>123.848</u>	<u>8.317</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas a concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio, a partir de 31 de agosto de 2016 a empresa STP deixou de ser partes relacionadas, conseqüentemente o saldo a receber passou a ser divulgado nesta rubrica ao invés de contas a receber - partes relacionadas; e
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

**Notas Explicativas****8. Imposto de renda e contribuição social****a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	874.602	861.278
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(297.365)	(292.835)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(278)	(381)
Despesas indedutíveis	(2.445)	(2.525)
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	8.734	8.400
Juros sobre capital próprio	-	7.937
Outros ajustes tributários	<u>(205)</u>	<u>(224)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(291.559)</u>	<u>(279.628)</u>
Impostos correntes	(275.020)	(286.260)
Impostos diferidos	<u>(16.539)</u>	<u>6.632</u>
	<u>(291.559)</u>	<u>(279.628)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,34%</u>	<u>32,47%</u>



**Notas Explicativas****b. Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Efeito ativo</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	106.354	121.168
Valor justo de operações com derivativos	59.787	79.756
Perdas em operações com derivativos	-	2.122
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	10.557	9.268
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	277	131
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.548	1.579
Outros	1.782	5.628
	<u>180.305</u>	<u>219.652</u>
<b>Efeito passivo</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(216.256)	(233.053)
Valor justo de operações com derivativos	(64.050)	(92.462)
Ganho nas operações de derivativos	(38.449)	(20.923)
Outros	(6.718)	(1.843)
	<u>(325.473)</u>	<u>(348.281)</u>
<b>Passivo diferido líquido</b>	<u>(145.168)</u>	<u>(128.629)</u>

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição).

**9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão**

	<u>Início da concessão (1)</u>					
	<u>2016</u>	<u>2015</u>				
Circulante	<u>4.583</u>	<u>4.727</u>				
	<u>Início da concessão (1)</u>		<u>Extensão do prazo da concessão (2)</u>		<u>Total</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Não Circulante	<u>42.793</u>	<u>47.269</u>	<u>1.147.535</u>	<u>978.354</u>	<u>1.190.328</u>	<u>1.025.623</u>

- (1) A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados, que foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo das concessões.

**Notas Explicativas****10. Partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações				Saldos		
					Ativo	Passivo	
	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras	Contas a receber	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
<b>Controladora</b>							
CCR (a)	19.481	-	-	-	-	-	1.524
<b>Outras partes relacionadas</b>							
CPC (b)	43.866	-	1.496	-	142	-	3.971
RodoAnel Oeste (d)	-	-	-	38.360	-	275.507	-
RodoNorte (c)	-	-	-	-	-	-	3
NovaDutra (e)	-	-	-	-	3	-	53
Serveng Cívilisan (e)	-	-	-	-	-	-	5.785
Samm (f)	-	-	1.330	-	2.074	-	-
Oi Móvel S.A	-	-	31	-	-	-	-
Camargo Correa (g)	-	34.518	-	-	-	-	1.480
Total circulante, 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	1.159	6.290	12.816
Total não circulante, 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	1.060	269.217	-
Total, 31 de dezembro de 2016	63.347	34.518	2.857	38.360	2.219	275.507	12.816
Total circulante, 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	119.807	6.607	10.763
Total não circulante, 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	768	269.217	-
Total, 31 de dezembro de 2015	52.125	6.577	2.415	36.267	120.575	275.824	10.763

**Despesas com profissionais chave da administração**

	2016	2015
Remuneração: (h)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	2.265	2.088
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	1.053	1.073
Complemento de PPR pago no ano	62	563
Previdência privada	54	118
Seguro de vida	5	5
	3.439	3.847

Na AGO realizada em 15 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho e administração e diretoria da Companhia de até R\$ 4.100, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:**

	2016	2015
Remuneração dos administradores (h)	1.267	1.257

(a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;

## Notas Explicativas

- (b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (d) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros são pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal;
- (e) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, cujos pagamentos ocorrem até o 10º dia do mês seguinte;
- (f) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- (g) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a implantação de novo sistema viário para acesso ao município de Jundiá, no valor total de R\$ 125.962, com vigência de 16 de maio de 2016 a 30 de outubro de 2018. Os pagamentos relativos a este contrato correm em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor; e
- (h) Contempla valor total a pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

## 11. Ativo Imobilizado

### Movimentação do custo

	2015		2016		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	3.089	-	(19)	9	3.079
Máquinas e equipamentos	49.338	-	(172)	1.958	51.124
Veículos	16.642	-	(302)	811	17.151
Equipamentos operacionais	135.368	-	(148)	8.480	143.700
Imobilizações em andamento	15.696	12.513	-	(14.084)	14.125
	<u>220.133</u>	<u>12.513</u>	<u>(641)</u>	<u>(2.826)</u>	<u>229.179</u>
2014		2015		Saldo final	
Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)		
Móveis e utensílios	3.121	16	(56)	8	3.089
Máquinas e equipamentos	37.640	-	(871)	12.569	49.338
Veículos	16.417	-	(3.340)	3.565	16.642
Equipamentos operacionais	128.525	-	(235)	7.078	135.368
Imobilizações em andamento	18.664	23.048	-	(26.016)	15.696
	<u>204.367</u>	<u>23.064</u>	<u>(4.502)</u>	<u>(2.796)</u>	<u>220.133</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.159 em 2016 (R\$ 1.731 em 2015). A taxa média de capitalização em 2016 foi de 5,99% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 8,42% a.a. em 2015.

**Notas Explicativas****Movimentação da depreciação**

	Taxa média anual de depreciação %	2015		2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(1.518)	(227)	16	-	(1.729)
Máquinas e equipamentos	13	(18.567)	(5.762)	130	46	(24.153)
Veículos	22	(8.314)	(3.169)	247	-	(11.236)
Equipamentos operacionais	11	(79.991)	(20.257)	107	(46)	(100.187)
		<u>(108.390)</u>	<u>(29.415)</u>	<u>500</u>	<u>-</u>	<u>(137.305)</u>
		2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(1.313)	(245)	40	-	(1.518)
Máquinas e equipamentos	14	(15.033)	(4.685)	695	456	(18.567)
Veículos	23	(7.818)	(3.207)	2.711	-	(8.314)
Equipamentos operacionais	19	(60.829)	(18.799)	136	(499)	(79.991)
		<u>(84.993)</u>	<u>(26.936)</u>	<u>3.582</u>	<u>(43)</u>	<u>(108.390)</u>

(a) Reclassificações do ativo intangível para o imobilizado

**12. Ativos Intangíveis****Movimentação do custo**

	2015		2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	2.991.041	113.601	-	629	3.105.271
Direitos de uso de sistemas informatizados	11.444	-	-	1.354	12.798
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.266	-	(4)	93	5.355
	<u>3.007.751</u>	<u>113.601</u>	<u>(4)</u>	<u>2.076</u>	<u>3.123.424</u>
	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	2.890.180	100.928	-	(67)	2.991.041
Direitos de uso de sistemas informatizados	8.604	-	(23)	2.863	11.444
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.266	-	-	-	5.266
	<u>2.904.050</u>	<u>100.928</u>	<u>(23)</u>	<u>2.796</u>	<u>3.007.751</u>

**Movimentação da amortização**

	Taxa média anual de amortização %	2015		2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(844.734)	(144.400)	-	750	(988.384)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(7.264)	(1.465)	-	-	(8.729)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(4.404)	(626)	2	-	(5.028)
		<u>(856.402)</u>	<u>(146.491)</u>	<u>2</u>	<u>750</u>	<u>(1.002.141)</u>
		2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(711.723)	(133.054)	-	43	(844.734)
Direitos de uso de sistemas informatizados	23	(5.843)	(1.444)	23	-	(7.264)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(3.707)	(697)	-	-	(4.404)
		<u>(721.273)</u>	<u>(135.195)</u>	<u>23</u>	<u>43</u>	<u>(856.402)</u>

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) Reclassificação do ativo intangível para o ativo imobilizado

## Notas Explicativas

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 8.037 em 2016 (R\$ 8.866 em 2015). A taxa média de capitalização no exercício de 2016 foi de 5,99% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 8,42% a.a. em 2015.

### 13. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Vencimento Final	2016	2015
<b>Em moeda nacional</b>						
1. BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	2,1566% (a)	535	Fevereiro de 2017	7.017	48.397 (c)
1. BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	Fevereiro de 2017	661	4.565 (c)
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a.a.	N/I	-	Julho de 2017	34	93 (d)
<b>Subtotal em moeda nacional</b>					<b>7.712</b>	<b>53.055</b>
<b>Em moeda estrangeira</b>						
2. Merrill Lynch (b)	LIBOR 3M +2,60% a.a	N/I	-	Abril de 2018	167.923	- (e)
<b>Subtotal em moeda estrangeira</b>					<b>167.923</b>	<b>-</b>
<b>Total geral</b>					<b>175.635</b>	<b>53.055</b>
					<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos					13.773	45.491
Custos de transação					-	(13)
					<b>13.773</b>	<b>45.478</b>
<b>Não Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos					161.862	7.577

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada pela taxa média ponderada.
- (b) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 20 para maiores detalhes).

#### Garantias:

- (c) Fiança bancária.  
 (d) Garantia real.  
 (e) Não existem garantias.

#### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	2016
2018	161.862

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

## Notas Explicativas

1. Em 05 de fevereiro de 2009, foi contratado financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353, liberado em 6 parcelas, entre 2009 e 2011.

O principal está sendo amortizado em 72 parcelas mensais, desde 15 de março de 2011 até 15 de fevereiro de 2017.

Os juros foram pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. Desde 15 de março de 2011, os juros estão sendo pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

2. Em 15 de abril de 2016, foi firmado contrato com Bank of America, em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação em 26 de abril de 2016, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 50.000 mil, equivalente a R\$ 177.500, com vencimento em 26 de abril de 2018, remunerado à Libor de 3 meses + 2,60% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação, sendo que a Companhia obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Líquida/EBITDA seja maior que 4,0, apurado anualmente. Na mesma data de liberação, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 124,80% do CDI.

### 14. Debêntures e notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2016	Vencimento Final	2016	2015
1. 4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1217% (b)	4.151	220	Setembro de 2017	363.862	848.679 (e)
1. 4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	2,8172% (a)	1.100	117	Outubro de 2017	177.549	160.948 (e)
4. 4a Emissão - (Notas promissórias)	106,50% do CDI	0,0788% (b)	735	682	Janeiro de 2018	812.898	- (e)
2. 5a Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	5,3598% (a)	9.147	3.637	Outubro de 2018	565.823	511.753 (e)
3. 6a Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	5,7635% (a)	7.650	4.599	Outubro de 2019	442.323	397.373 (e)
3. 6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	204.913	192.410 (e)
<b>Total geral</b>				<b>9.255</b>		<b>2.567.368</b>	<b>2.111.163</b>
<b>Circulante</b>							
Debêntures e notas promissórias						593.478	541.429
Custos de transação						(4.446)	(4.296)
						<b>589.032</b>	<b>537.133</b>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures e notas promissórias						1.983.145	1.582.084
Custos de transação						(4.809)	(8.054)
						<b>1.978.336</b>	<b>1.574.030</b>

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.
- (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

## Notas Explicativas

### Garantias:

(e) Não existem garantias.

### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>2016</u>
2018	1.378.172
2019	<u>604.973</u>
	<u>1.983.145</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures e notas promissórias, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de debêntures, num total de 1.100.000 debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de R\$ 1.100.000, na data de emissão.

Foram emitidas 965.000 debêntures da 1ª série, ao valor nominal total de R\$ 965.000 na data da emissão.

As debêntures da 1ª série são remuneradas a 109% do CDI.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em 8 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2015 e a última, na data de vencimento, em 15 de setembro de 2017;
- Juros: trimestralmente, entre 15 de junho de 2013 e 15 de setembro de 2017.

As debêntures da 1ª série poderão ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora mediante pagamento de prêmio.

Foram emitidas 135.000 debêntures da 2ª série, com valor nominal total de R\$ 135.000 na data da emissão. As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA mais juros remuneratórios de 2,71% a.a. sobre o valor atualizado.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em uma única parcela, na data de vencimento, em 15 de outubro de 2017;
- Juros: semestralmente, entre 15 de abril de 2013 e 15 de outubro de 2017.

As debêntures da 2ª série não podem ser resgatadas antecipadamente.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da emissora seja superior a 4.

## Notas Explicativas

Em 28 de maio de 2013, foi contratada operação de swap, onde houve a troca do indexador IPCA + 2,71% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal referentes à 4ª emissão de debêntures da 2ª série, pelo percentual de 71,80% do CDI.

2. Em 17 de outubro de 2013, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no valor nominal total de R\$ 450.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Os juros estão sendo pagos semestralmente, desde 15 de abril de 2014, sendo que o principal será pago no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2018.

As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios de 4,88% a.a. sobre o valor atualizado.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4.

Em 17 de outubro de 2013, foi contratada operação de swap, onde houve a troca do indexador IPCA + 4,88% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de 98% do CDI.

3. Em 27 de outubro de 2014, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no valor nominal total de R\$ 545.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Os juros estão sendo pagos semestralmente, desde 15 de abril de 2015, sendo que o principal será pago no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2019.

As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,428% a.a., incidentes sobre o valor nominal atualizado.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4, exceto se a AutoBAN optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definição expressa na escritura de emissão desta debênture.

Em 27 de outubro de 2014, foi contratada operação de swap para R\$ 250.000, onde houve a troca do indexador IPCA + 5,428% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de aproximadamente 98% do CDI.

Em 23 de março de 2015, foi contratada operação de swap para R\$ 130.106, onde houve a troca do indexador IPCA + 5,428% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de aproximadamente 95% do CDI.



## Notas Explicativas

4. Em 17 de novembro de 2016, ocorreu a 4ª emissão de notas promissórias, com valor nominal total de R\$ 800.000, em série única, remuneração de 106,5% do CDI, com vencimento em 17 de janeiro de 2018, podendo ser resgatadas antecipadamente da totalidade das Notas Comerciais a partir do 60º (sexagésimo) dia (exclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 17 de janeiro de 2017, sem pagamento de prêmio.

Há previsão de resgate antecipado obrigatório na data da efetiva integralização da totalidade das próximas debêntures a serem emitidas pela Companhia, sem o pagamento de prêmio. A Companhia poderá, ainda, realizar oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das notas comerciais.

Entre as principais cláusulas de restrição a Companhia obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Líquida / EBITDA seja maior de 4,0, apurado semestralmente.

### 15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2015		2016		Atualização monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos		
<b>Não circulante</b>						
Cíveis	3.125	3.003	(562)	(968)	385	4.983
Trabalhistas e previdenciários	4.795	3.298	(2.240)	(2.294)	1.207	4.766
Tributários	19.339	-	-	-	1.961	21.300
	<u>27.259</u>	<u>6.301</u>	<u>(2.802)</u>	<u>(3.262)</u>	<u>3.553</u>	<u>31.049</u>
	2014		2015		Atualização monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos		
Movimento em 2015	<u>11.214</u>	<u>18.333</u>	<u>(1.844)</u>	<u>(1.844)</u>	<u>1.400</u>	<u>27.259</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 1.064 e R\$ 1.791, respectivamente em 2016 (R\$ 758 e R\$ 690, respectivamente em 2015).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2016	2015
Cíveis	19.616	11.007
Trabalhistas e previdenciários	2.413	3.150
Tributárias	1.171	786
	<u>23.200</u>	<u>14.943</u>

## Notas Explicativas

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 86.722.

### 16. Provisão de manutenção

	2015		2016			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	
Circulante	39.501	50.662	8.342	(56.515)	7.343	49.333
Não circulante	30.766	(19.198)	(1.450)	-	(7.343)	2.775
	<u>70.267</u>	<u>31.464</u>	<u>6.892</u>	<u>(56.515)</u>	<u>-</u>	<u>52.108</u>
	2014		2015			
Circulante	21.010	(2.513)	2.252	(20.574)	39.326	39.501
Não circulante	31.559	35.183	3.350	-	(39.326)	30.766
	<u>52.569</u>	<u>32.670</u>	<u>5.602</u>	<u>(20.574)</u>	<u>-</u>	<u>70.267</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2016 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29%, 15,77% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

### 17. Patrimônio Líquido

#### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 246.750, compostos por 175.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

#### b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social o qual já foi atendido.

#### c) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2016, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), e será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2017.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

#### d) Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 15 de abril de 2016, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária o pagamento de dividendos adicionais propostos de 2015 no montante de R\$ 182.000, correspondentes a R\$ 1,04 por ação com pagamento em 27 de abril de 2016.

**Notas Explicativas**

Em 11 de novembro de 2016, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, *ad referendum* da próxima AGO, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 589.158, correspondente a R\$ 3,37 por ação ordinária, sendo R\$ 164.993 à conta parte da Reserva de Retenção de Lucros e R\$ 424.165 à conta de parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2016 e 30 de setembro de 2016, com pagamento realizado a partir de 17 de novembro de 2016. Nesta mesma data, foi aprovado o pagamento dos dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 32.091, correspondente a R\$ 0,18 por ação.

**e) Lucro por ação básico e diluído**

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do exercício	583.043	581.650
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>
Lucro por ação - básico e diluído	<u><u>3,33167</u></u>	<u><u>3,32371</u></u>

**18. Receitas**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas de pedágio	1.997.467	1.981.403
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	114.926	95.340
Receitas acessórias	<u>24.539</u>	<u>23.925</u>
<b>Receita bruta</b>	<u>2.136.932</u>	<u>2.100.668</u>
Impostos sobre receitas	(154.706)	(153.335)
Abatimentos	<u>(4)</u>	<u>(2)</u>
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<u>(154.710)</u>	<u>(153.337)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u><u>1.982.222</u></u>	<u><u>1.947.331</u></u>

## Notas Explicativas

### 19. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	(183.636)	(204.106)
Juros sobre mútuos	(38.360)	(36.267)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	(87.988)	(128.395)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(17.200)	-
Perda com operações de derivativos	(109.175)	(103.874)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(6.892)	(5.602)
Capitalização de custos dos empréstimos	9.196	10.597
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	(84.717)	(56.418)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(3.496)	(5.239)
	<u>(522.268)</u>	<u>(529.304)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	30.830	-
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	1.539	-
Ganho com operações de derivativos	98.739	119.084
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	43.169	77.786
Rendimento sobre aplicações financeiras	19.315	21.898
Juros e outras receitas financeiras	1.840	2.097
	<u>195.432</u>	<u>220.865</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u>(326.836)</u>	<u>(308.439)</u>

### 20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuados aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de, pelo menos, 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relativos às empresas sediadas no Brasil, vencidos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos em contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

## Notas Explicativas

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

### Instrumentos financeiros por categoria

	2016			2015		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	244.580	-	-	81.501	-	-
Contas a receber	-	123.302	-	-	7.932	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	2.219	-	-	120.575	-
Contas a receber - operações de derivativos	169.696	-	-	111.532	-	-
<b>Passivos</b>						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(7.712)	-	-	(53.055)
Empréstimo em moeda estrangeira (a)	(167.923)	-	-	-	-	-
Debêntures e notas promissórias (a)	(1.185.695)	-	(1.381.673)	(1.070.074)	-	(1.041.089)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(51.400)	-	-	(48.754)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(12.816)	-	-	(10.763)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(275.507)	-	-	(275.824)
Contas a pagar - operações com derivativos	(60.900)	-	-	(77.239)	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(2.719)	-	-	(2.575)
	<u>(1.000.242)</u>	<u>125.521</u>	<u>(1.731.827)</u>	<u>(954.280)</u>	<u>128.507</u>	<u>(1.432.060)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Contas a receber e contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Empréstimo em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados *swaps* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value option*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo enquanto a dívida seria pelo custo amortizado. Caso este empréstimo fosse mensurado pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 164.917, conforme detalhado abaixo:

<u>Taxa contratual da dívida</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
Libor de 3 meses + 2,60% a.a.	124,80% do CDI	164.917
		<u><u>164.917</u></u>

## Notas Explicativas

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom sujo.

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 1.213.881 em 31 de dezembro de 2016, conforme detalhado abaixo:

<u>Série</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
4a Emissão - Série 2	IPCA + 2,71% a.a.	71,80% do CDI	182.915
5a Emissão - Série única	IPCA + 4,88% a.a.	88,75% do CDI	578.949
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	94,86% até 98,9% do CDI	452.017
			<b><u>1.213.881</u></b>

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 14.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Debêntures (a) (b)	1.382.576	1.387.832	1.042.115	1.042.517

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia do valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente.

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

## Notas Explicativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aplicações financeiras	244.580	81.501
Derivativos a receber	108.796	34.293
Empréstimo em moeda estrangeira	(167.923)	-
Debêntures e notas promissórias	(1.185.695)	(1.070.074)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, para a totalidade da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão. Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

## Notas Explicativas

SWAP	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores de Referência (Nacional) (1)		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado			
					Moeda local		Moeda local		Moeda local Recebidos/Pagos		Valores a receber/ (recebidos)		Valores a pagar/ (pagos)		Efeito acumulado ganho/ (perda)	
					2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Autôrama	Merrill Lynch	11/06/2015	15/10/2017 (2)	IPCA + 2,21% a.a.	163.122	163.122	177.750	161.409	(11.051)	6.359	15.398	17.664	(11.444)	2.361		
Posição passiva	Itaú	11/06/2015	15/10/2018 (2)	71,80% de CDI	514.070	514.070	(162.852)	(155.189)	(35.012)	(12.397)	77.116	47.943	(37.115)	(1.569)		
Posição passiva	Voteantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	88,75% de CDI	100.000	100.000	569.469	516.489	(7.235)	6.346	21.673	12.965	(4.855)	1.031		
Posição passiva	Voteantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,28% a.a.	100.000	100.000	119.204	107.533	(7.058)	6.092	21.891	13.396	(4.713)	1.216		
Posição passiva	Voteantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	98,90% de CDI	50.000	50.000	(102.286)	(101.679)	(3.543)	(3.658)	10.928	6.663	(2.368)	593		
Posição passiva	Voteantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	97,65% de CDI	130.106	130.106	(102.026)	53.766	(9.004)	(4.887)	22.690	12.901	(6.070)	(1.621)		
Posição passiva	Merrill Lynch	26/04/2016	26/04/2018 (2)	IPCA + 5,28% a.a.	162.955	-	51.042	(30.888)	(12.056)	-	-	-	(18.923)	(30.959)		
Posição passiva				USD + Libor 3M + 2,60% a.a.	-	-	148.319	133.796	-	-	-	-	(61.900)	(10.456)		
Posição passiva				124,80% de CDI	-	-	(131.699)	(130.530)	-	-	-	-	(77.239)	2.011		
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2016					1.220.253	1.057.298	108.796	34.293	(84.939)	(36.539)	169.696	111.532	(61.900)	(77.239)		
TOTAL DAS OPERAÇÕES					-	-	-	-	-	32.319	-	-	-	13.199		
TOTAL DAS OPERAÇÕES					108.796	108.796	108.796	34.293	(84.939)	(41.020)	169.696	111.532	(61.900)	(77.239)	15.210	

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nominal mencionado é o da tranche vigente.

(2) O contrato possui vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.



## Notas Explicativas

### Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Riscos cambiais	(30.959)	-
Riscos de juros	20.523	15.210
<b>Total</b>	<u>(10.436)</u>	<u>15.210</u>

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em entendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras, nas taxas de juros e aplicações financeiras.

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

### Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Abril de 2018	164.901	Aumento da cotação do USD	-	(41.225)	(82.450)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Abril de 2018	(165.083)	Diminuição da cotação do USD	-	41.271	82.541
			<u>Efeito de Ganho ou (Perda)</u>	<u>-</u>	<u>46</u>	<u>91</u>
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				<u>-</u>	<u>46</u>	<u>91</u>
<b>Moedas em 31/12/2016:</b>		Dólar		3,2591	4,0739	4,8887

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros e aplicações financeiras

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2017 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

## Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(7)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	182.915	(13.319)	(15.668)	(18.009)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	578.949	(66.643)	(76.390)	(86.136)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	656.931	(79.283)	(90.388)	(101.491)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	364.082	(37.638)	(46.881)	(56.062)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Janeiro de 2018	813.580	(117.090)	(146.481)	(175.916)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2017	(183.037)	13.492	15.878	18.257
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	(578.949)	66.643	76.390	86.136
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(301.408)	36.368	41.462	46.556
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(150.009)	18.100	20.636	23.171
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	166.275	(12.429)	(15.434)	(18.400)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	526.380	(62.416)	(77.872)	(93.273)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	256.632	(33.871)	(42.320)	(50.761)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	133.439	(16.978)	(21.202)	(25.419)
BNDES	Aumento da TJLP	Fevereiro de 2017	7.677	(93)	(110)	(127)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses	Abril de 2018	164.901	(6.013)	(6.429)	(6.845)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Abril de 2018	182.675	(31.173)	(39.107)	(47.095)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses	Abril de 2018	(165.083)	6.313	6.804	7.294
Aplicação financeira (MenkarII)	Diminuição do CDI <sup>(6)</sup>		242.726	32.431	40.527	48.618
<b>Total do efeito de ganho ou (perda)</b>				<b>(303.599)</b>	<b>(376.585)</b>	<b>(449.502)</b>

As taxas de juros consideradas foram <sup>(1)</sup>:

CDI <sup>(2)</sup>	13,63%	17,04%	20,45%
IPC-A <sup>(3)</sup>	6,16%	7,70%	9,24%
TJLP <sup>(4)</sup>	7,50%	9,38%	11,25%
LIBOR 3 meses <sup>(5)</sup>	0,9979%	1,2474%	1,4968%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (5) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2016, divulgada pela CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (4) Refere-se à taxa de 31/12/2016, divulgada pela BNDES; e
- (5) Refere-se à taxa libor de 3 meses, divulgada pela ICE (Interbank Offered Rate) em 31/12/2016.
- (6) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira.
- (7) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2016, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

## 21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

### a. Compromissos com o Poder Concedente

#### Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até abril 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	2016	2015	2016	2015
Outorga fixa	452.297	712.530	437.010	672.100

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2016, estavam assim distribuídos:

**Notas Explicativas**

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2017	339.223	330.408
2018	113.074	106.602
	<u>452.297</u>	<u>437.010</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga no início da concessão, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do exercício de 2016 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 322.297, sendo R\$ 281.985 em caixa e R\$ 40.312 por meio de encontro de contas financeiros referente ao direito de outorga fixa (R\$ 299.343 no exercício de 2015, sendo R\$ 260.646 em caixa e R\$ 38.697 através de encontro de contas financeiros).

A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

**Outorga variável**

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1).

No decorrer do exercício de 2016, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 30.223 referente ao direito de outorga variável (R\$ 29.959 no exercício de 2015).

**b. Compromissos relativos à concessão**

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Compromisso de investimento	<u>210.706</u>	<u>117.180</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

**Notas Explicativas****22. Demonstração dos fluxos de caixa**

Abaixo estão demonstradas movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos respectivos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores	-	(6.825)
Fornecedores - partes relacionadas	<u>1.481</u>	<u>6.386</u>
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u><u>1.481</u></u>	<u><u>(439)</u></u>
Adições ao ativo intangível	<u>(1.481)</u>	<u>439</u>
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<u><u>(1.481)</u></u>	<u><u>439</u></u>

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

\*\*\*

**Proposta de Orçamento de Capital****CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.**

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE 35.300.154.461

Companhia Aberta

**ORÇAMENTO DE CAPITAL**

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV da IN CVM 480, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2017, no valor de R\$231.130.000,00 (duzentos e trinta e um milhões e cento e trinta mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de março de 2017.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$231.130.000,00

**Aplicações**

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2017	R\$231.130.000,00
---	-------------------

**Origens/Fontes de Financiamento**

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2016	R\$191.283.848,80
Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$39.846.151,20

Jundiaí, 03 de março de 2017.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****SR. ITALO ROPPA**

Presidente do Conselho de Administração

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Adições ao ativo intangível da Companhia relacionadas às obrigações frente ao contrato de concessão

Conforme nota explicativa nº 2.q, para os contratos de concessão de serviços sobre direito de exploração de infraestrutura, o concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo, sendo esses ativos registrados como intangível, pois são revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. Desta forma, o assunto foi considerado em nossa auditoria como um risco inerente na constituição dos ativos intangíveis, uma vez que as adições podem representar custos não qualificáveis ou que não representem obras efetivamente realizadas para ativação de acordo com as normas contábeis.

Conseqüentemente, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a, entendimento dos controles internos e testes substantivos de detalhe com base em amostragem para verificação das documentações que suportam referidas transações.

#### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt

Contador

CRC n°1 SP 276957/O-4



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Jundiaí, 03 de março de 2017.

SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Jundiaí, 03 de março de 2017.

SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional